



INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL,
FEDERALISMO,
INTERVENÇÃO FEDERAL,
ESTADOS MEMBROS

O instituto da intervenção é matéria peculiar no Direito Constitucional brasileiro, sendo escassa a doutrina acerca do tema. O livro trata da matéria de forma ampla, versando sobre o conceito de intervenção federal, os seus princípios, as espécies, a natureza jurídica, a classificação, os pressupostos materiais e formais, eventual resistência contra a intervenção, o instituto da representação interventiva, dentre outros. Além disso, é feita análise do assunto nas Constituições brasileiras – desde a de 1891 até a atual, de 1988 – bem como é examinada a intervenção federal na perspectiva do direito comparado. Ao final, colaciona-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Seguramente, ao ser feito estudo específico e abrangente sobre a “Intervenção Federal nos Estados” (doutrina, legislação e jurisprudência), o livro promove o aperfeiçoamento de tema tão caro ao federalismo, de modo que a obra contribui para as ciências jurídicas.

Assim, a obra é inovadora, sendo a mais completa e um dos poucos livros lançados no país especificamente sobre a Intervenção Federal nos Estados.

F383i FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Eduardo

Intervenção federal nos Estados / Carlos Eduardo FERREIRA DOS SANTOS. -
Belo Horizonte : Fórum, 2022.

433 p. ; 17cm x 24cm

Inclui bibliografia, anexo e apêndice.

ISBN: 978-65-5518-462-4

1. Direito Constitucional. 2. Federalismo. 3. Intervenção Federal. 4. Estados Membros.
I. Título.

CDD 342

CDU 342

2022-2478

Carlos Eduardo Ferreira Dos Santos é Advogado e consultor jurídico. Membro da *International Association of Constitutional Law* (IACL) e do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC). Integra o grupo de investigação *Estado, Instituciones y Desarrollo*, da *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, e o comitê de pesquisa *Systèmes Judiciaires Compares*, da *Association Internationale de Science Politique*. Membro consultor da Comissão Especial de Direito Penal Econômico do Conselho Federal da OAB (2019-2022). Avaliador da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. Parecerista do Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre e da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Revisor *ad hoc* da Revista Direito em Debate.

Mestrando em Direito Constitucional pela *Universidad de Castilla-La Mancha* (Espanha). Mestre em Política Criminal pela *Universidad de Salamanca* (Espanha). Especialista em Filosofia e Teoria do Direito pela PUC-Minas. Cursou o *Programa Avanzado em Compliance* pelo *Institute for Advanced Management* – CEU IAM (Espanha). Bacharel em Direito pelo UniCeub.

Membro da *International Society of Public Law*, *Association Internationale de Droit Pénal*, *Association Francaise de Droit Penal*, *Internationale Vereinigung für Rechts – und Sozialphilosophie* – Seção Alemã; *Law and Society Association*, *International Political Science Association* e *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*.

SUMÁRIO

PARTE I INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS

CAPÍTULO 1	
ESCORÇO HISTÓRICO.....	21
1.1. Estados Unidos da América.....	21
1.2. Brasil	28
CAPÍTULO 2	
CONCEITO DE INTERVENÇÃO FEDERAL	43
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO FEDERAL	53
3.1 Excepcionalidade.....	53
3.2 Taxatividade	54
3.3 Temporalidade	54
3.4 Necessidade.....	55
3.5 Imodificabilidade.....	55
3.6 Especificidade	57
3.7 Adequação.....	57
3.8 Condicionalidade	57
3.9 Aprovação legislativa.....	58
3.10 Ocasionalidade.....	58
3.11 Aptidão	58
3.12 Não cassação	59
CAPÍTULO 4	
ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO	61
4.1 Intervenção espontânea.....	61
4.2 Intervenção provocada	61
4.2.1 Intervenção provocada por solicitação.....	62
4.2.2 Intervenção provocada por requisição.....	63
4.2.3 Intervenção provocada por provimento	64
CAPÍTULO 5	
NATUREZA JURÍDICA	67
5.1 Procedimento político-administrativo	68
5.2 Procedimento jurídico-constitucional	70
CAPÍTULO 6	
CLASSIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL.....	73
6.1 Intervenção formal, branca ou não-formal	74
6.2 Sujeitos ativo e passivo da intervenção.....	76
6.3 Intervenção estado-autor e intervenção estado-vítima.....	78
6.4 Intervenção repressiva e intervenção substitutiva.....	80
6.5 Intervenção auxiliadora e intervenção reparadora.....	81
6.6 Intervenção fundada em ato ou em fato	81
6.7 Intervenção ofensiva e intervenção tênue.....	82
6.8 Intervenção reconstrutiva e executiva (González Calderón)	83
6.9 Intervenção reconstrutiva e conservadora (Rafael Bielsa).....	84
6.10 Intervenção total e intervenção parcial	84
6.11 Intervenção total e atividades típicas de Poder (Executiva, Legislativa e Judiciária).....	85

CAPÍTULO 7

A INTERVENÇÃO É OBRIGATÓRIA OU FACULTATIVA?	93
7.1 Intervenção obrigatória	97
7.2 Intervenção facultativa	99
7.3 Competência decisória	102
7.3.1 Ato complexo	103
7.3.2 Ato composto	104

CAPÍTULO 8

PRESSUPOSTOS MATERIAIS E FORMAIS NA CF/1988	105
8.1 Pressupostos materiais	106
8.1.1 Manter a integridade nacional (<i>intervenção integradora</i>)	107
8.1.1.1 Ideias separatistas na Região Sul	109
8.1.1.2 Classificação	113
8.1.2 Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra (<i>intervenção protetiva</i>)	113
8.1.2.1 Classificação	118
8.1.3 Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (<i>intervenção resolutória</i>)	119
8.1.3.1 Classificação	122
8.1.4 Garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação (<i>intervenção libertadora</i>)	123
8.1.4.1 Classificação	126
8.1.5 Reorganizar as finanças da unidade da Federação (<i>intervenção reorganizatória</i>)	126
8.1.5.1 Intervenção reorganizatória por inadimplemento	127
8.1.5.2 Intervenção reorganizatória por indevolução	131
8.1.5.3 Classificação	133
8.1.6 Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial (<i>intervenção executória</i>)	133
8.1.6.3 Classificação	140
8.1.7 Assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis (<i>intervenção assecurativa</i>)	140
8.2 Pressupostos formais	141
8.2.1 Consulta aos Conselhos da República e da Defesa Nacional	145
8.2.2 Iniciativa e execução da intervenção	146
8.2.3 Solicitação do Poder Legislativo ou Executivo	148
8.2.4 Requisição do Poder Judiciário	150
8.2.5 Amplitude, prazo, condições e aprovação	153
8.2.6 A figura do interventor	157
8.2.6.1 Atribuições do interventor e abrangência interventiva	161
8.2.7 Impossibilidade de o interventor exercer atos exclusivos do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário	163
8.2.7.1 Primeira corrente: poderes ampliados do interventor	164
8.2.7.2 Segunda corrente: poderes restritivos do interventor	168
8.2.8 Responsabilidade do interventor	177
8.2.9 Reparação civil por atos interventivos	179
8.2.10 Despesas com a intervenção	181

CAPÍTULO 9

RESISTÊNCIA CONTRA A INTERVENÇÃO	185
9.1 Objeção interventiva social e institucional	186
9.2 Objeção interventiva legítima e ilegítima	186
9.3 Resistência interventiva amena e violenta	188
9.4 Medidas excepcionais contra a resistência interventiva	188
9.5 Responsabilidade dos insurgidores	189

CAPÍTULO 10	
REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA	191
10.1 Desenvolvimento histórico	192
10.2 Conceito	194
10.3 Natureza jurídica	197
10.4 Características	199
10.5 Objeto	202
10.6 Parâmetro.....	205
10.6.1 Representação interventiva para garantir os princípios constitucionais sensíveis	206
10.6.2 Representação interventiva para garantir a execução de lei federal.....	247
10.6.2.1 Representação interventiva estadual para garantia de leis em geral.....	249
10.7 Legitimidade ativa.....	250
10.8 Procedimento	251
10.9 Medida liminar	252
10.10 Decisão	253
CAPÍTULO 11	
INTERVENÇÃO DA UNIÃO NOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM TERRITÓRIO FEDERAL	257
11.1 Intervenção municipal-territorial.....	258
11.2 Representação interventiva municipal-territorial.....	259
11.3 É possível intervenção federal em Território Federal?	261
CAPÍTULO 12	
INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	265
12.1 Constituição de 1891	265
12.2 Constituição de 1934	271
12.3 Constituição de 1937	276
12.4 Constituição de 1946	282
12.5 Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1 de 1969.....	285
CAPÍTULO 13	
INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.....	293
13.1 Insegurança pública proveniente de crise político-econômica	293
13.2 Elevado número de crimes e insegurança social	294
13.3 Publicação do decreto interventivo	295
13.4 Características da intervenção	297
13.5 A figura do Interventor e respectivas atribuições.....	298
13.6 Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a intervenção	300
13.7 Resultados da intervenção na segurança pública.....	301
13.8 Prorrogação da intervenção federal.....	302
CAPÍTULO 14	
INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DE RORAIMA EM 2018.....	305
14.1 Causas para intervenção no Estado de Roraima.....	305
14.2 Publicação do decreto interventivo	307
14.3 A figura do Interventor e respectivas atribuições.....	308
14.4 Resultados da intervenção no Estado de Roraima	309
14.5 Prorrogação da intervenção federal	311

PARTE II
INTERVENÇÃO FEDERAL
NO DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 1	
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	315

CAPÍTULO 2	
ALEMANHA	323
2.1 Introdução	323
2.2 Inspeção federal (<i>Bundesaufsicht</i>).....	327
2.3 Execução federal ou execução forçosa (<i>Bundesexekution</i> ou <i>Bundeszwang</i>)	330
2.4 Intervenção federal (<i>Bundesintervention</i>)	335
2.5 Auxílio federal (<i>Bundeshilfe</i>) ou cooperação federal (<i>Bundesgenössische</i>)	338
2.6 Tribunal Constitucional Federal (<i>Bundesverfassungsgericht</i>)	341

CAPÍTULO 3	
ÁUSTRIA	343
3.1 Introdução	343
3.2 Supervisão federal nos Estados (<i>Bundesaufsicht</i>)	344
3.3 Supervisão federal e supervisão estadual nos municípios (<i>Bundesaufsicht</i> e <i>Staatlicheaufsicht</i>)	347
3.4 Execução forçosa (<i>Bundeszwang</i>) ou execução federal (<i>Bundesexekution</i>)	348

CAPÍTULO 4	
SUÍÇA	351
4.1 Introdução	351
4.2 Controle da Confederação sobre os Cantões.....	352
4.2.1 Supervisão (<i>Surveillance</i>).....	352
4.2.2 Execução federal (<i>Bundesexekution</i>)	353
4.2.3 Intervenção federal (<i>Bundesintervention</i>)	355

CAPÍTULO 5	
MÉXICO.....	359

CAPÍTULO 6	
ARGENTINA	365
6.1 Introdução	365
6.2 Intervenção federal.....	368
6.2.1 Conceito	369
6.2.3 Iniciativa interventiva	370
6.2.4 Competência para declarar a intervenção	371
6.2.5 Faculdades interventivas.....	372
6.2.6 Controle judicial	374

PARTE III
JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO 1	
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	379

CAPÍTULO 2	
JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	387

CAPÍTULO 3	
INTERVENÇÕES PROTOCOLADAS NO STJ.....	401

CAPÍTULO 4	
JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	407
REFERÊNCIAS.....	409
APÊNDICE	
Constituição Federal de 1988 (excertos).....	419
Lei nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011	422
Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990 (excertos)	425
Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – STF (excertos)	426
Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – STJ (excertos).....	427
Resolução nº 21.843, de 22 de junho de 2004 – TSE.....	428
Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2019 – TST (excertos)	430
Resolução Administrativa nº 1.455 de 2011 (TST) (excertos).....	431
Instrução Normativa nº 32 de 2007 – TST.....	432